

Gabriela Borghi Affonso

O DEVER DE PERSEGUIR
E PUNIR CRIMES
INTERNACIONAIS NO
ÂMBITO DA JUSTIÇA
DE TRANSIÇÃO

Prefácio: Pedro Caeiro

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2021

Copyright © 2021 by Gabriela Borghi Affonso

Categoria: Direitos Humanos

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

A257d

Affonso, Gabriela Borghi

O dever de perseguir e punir crimes internacionais no
âmbito da justiça de transição / Gabriela Borghi Affonso. –
Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.

192 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 159-176.

ISBN 978-65-5510-187-4

1. Direito penal internacional. 2. Justiça de transição.
3. Anistia. 4. Crimes internacionais. 5. Normas consuetu-
dinárias. I. Título.

CDD 345.0235

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio	XIII
Notas Introdutórias	1
1. A Multidimensionalidade da Justiça de Transição	5
1.1. Evolução do conceito	5
1.2. Objetivos e dilemas da justiça transicional.....	12
1.2.1. O trade-off entre justiça e paz.....	14
1.2.2. Consolidação do direito à verdade no âmbito internacional.....	17
1.2.3. Controvérsias acerca da democracia liberal	21
1.2.4. O Estado de direito em períodos transicionais.....	27
1.3. Abordagem compreensiva à justiça de transição	31
2. O Direito Internacional e a Luta Contra a Impunidade	39
2.1. A justiça penal no âmbito internacional: uma abordagem histórica	39
2.2. A desejabilidade e a viabilidade da justiça penal em contextos transicionais	46
2.3. O dever do Estado de perseguir e punir crimes internacionais	57
2.3.1. Tratados e convenções internacionais	60
2.3.2. O direito internacional consuetudinário.....	65
2.3.3. O princípio aut dedere aut iudicare e a jurisdição universal.....	72
2.4. A jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos	80
2.5. O Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional	92

3. Complementos à Persecução Penal	107
3.1. Comissões da verdade e reconciliação.....	107
3.2. Reparação das vítimas e justiça socioeconômica.....	118
3.3. Mecanismos de justiça tradicional.....	124
3.4. A anistia na era da responsabilidade	131
3.4.1. A controvérsia da anistia perante o direito internacional.....	132
3.4.2. Uma abordagem contingente	146
Considerações Finais	153
Referências Bibliográficas	159